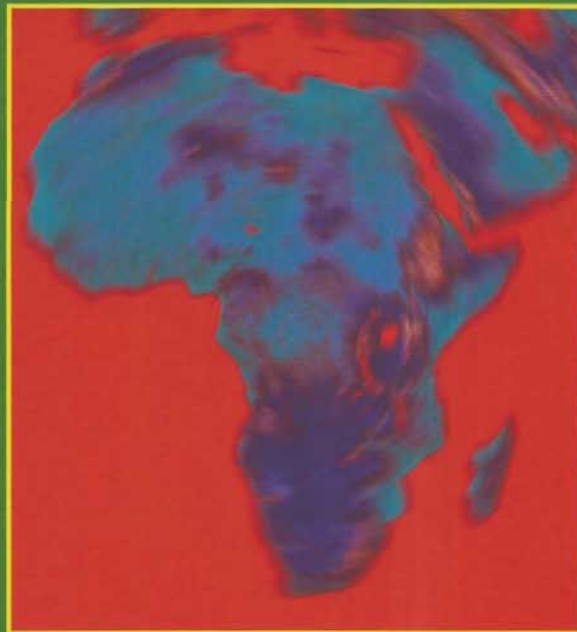


JOSÉ MARÍA HERNÁNDEZ DÍAZ Y EUGÉNIE EYEANG  
(COORDS.)

LENGUA, LITERATURA  
Y CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN  
EN LOS SISTEMAS EDUCATIVOS  
DEL ÁFRICA SUBSAHARIANA



AQUILAFUENTE  
A

Ediciones Universidad  
Salamanca

## AQUILAFUENTE, 204

©

Ediciones Universidad de Salamanca  
y los autores

1.<sup>a</sup> edición: noviembre, 2014

I.S.B.N.: 978-84-9012-479-6

Depósito legal: S. 559 - 2014

Ediciones Universidad de Salamanca  
Plaza de San Benito, s/n  
E-37002 Salamanca (España)  
Correo-e: eus@usal.es  
Página de Internet: <http://www.eusal.es>

Impreso en España - Printed in Spain

Maquetación:

INTERGRAF

Impresión y encuadernación:

Imprenta KADMOS

Salamanca

*Todos los derechos reservados.  
Ni la totalidad ni parte de este libro  
pueden reproducirse ni transmitirse  
sin permiso escrito de  
Ediciones Universidad de Salamanca*



LENGUA, literatura y ciencias de la educación en los sistemas educativos del  
África subsahariana / José María Hernández Díaz, Eugénie Eyeang (coords.).  
– 1a. ed. – Salamanca : Ediciones Universidad de Salamanca, 2014  
788 p. : il. – (Colección Aquilafuente ; 204)  
Textos en español, francés y portugués. – Bibliografía al final de cada capítulo  
Lenguaje y lenguas-Estudio y enseñanza-África subsahariana.  
2. Literatura-Estudio y enseñanza-África subsahariana.  
3. Educación-Política gubernamental-África subsahariana.  
I. Hernández Díaz, José María. II. Eyeang, Eugénie. III. Colección  
81-23:37.02(66/67)  
82:37.02(66/67)  
37.014(66/67)

## DESIGUALDADE SOCIAL VS ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO EM CABO VERDE

### *Social inequality vs planning of the territory and education in Cabo Verde*

Evangelina BONIFÁCIO, Maria LOPES DE AZEVEDO y Celina ALVES  
*Instituto Politécnico de Bragança (Portugal)*  
*Escola Superior de Educação*  
evangelina@ipb.pt; lazevedo@ipb.pt; celyalves80@hotmail.com

RESUMO: Este texto, que agora se apresenta, resulta de um trabalho final desenvolvido no âmbito da conclusão da licenciatura em sociologia, na Universidade do Mindelo, em Cabo Verde, no limite temporal de 2000 a 2010, sobre *desigualdade social VS ordenamento do território*, e através do qual se pretendia encontrar respostas capazes de apontar para as causas da problemática das desigualdades relacionadas com o ordenamento do território em Vicente, partindo da seguinte questão: *Em que medida a desigualdade social influencia no ordenamento do território?*

A escolha desta temática entre outros fatores aconteceu porque nos questionamos se o atual crescimento acelerado das cidades não provocará um certo desordenamento nos espaços periféricos, traduzindo-se em consequentes problemas físicos, operacionais e sociais potenciadores de desigualdades, sobretudo se corroboramos Giddens (2004), quando refere que as desigualdades sociais parecem traduzir-se como um conjunto de «desigualdades estruturadas entre diferentes indivíduos», ou seja, nestes pressupostos parece que tudo pode potenciá-las, inclusivamente não só o local onde se vive, mas também como se vive nesse local.

Na senda de Alcock (1997), entende-se como desigualdade social, quando numa determinada sociedade, alguns grupos sociais se encontram em situações mais vantajosas do que outros. Logo, a desigualdade é uma diferença que os indivíduos e grupos sociais julgam segundo escalas de valores.

Neste estudo procurou-se, através da revisão da literatura, num primeiro momento e com o trabalho empírico, através da aplicação de inquérito por questionário e a realização de entrevistas, num segundo momento confirmar ou infirmar as eventuais conexões existentes entre desigualdade social e ordenamento de território.

Assim, definiu-se como *objetivo geral compreender a influência da desigualdade social no ordenamento do território*, estabelecendo-se como objetivos específicos: Compreender a relação que existe entre o poder económico e crescimento desordenado de bairros periféricos; Analisar a influência do êxodo rural no ordenamento do território; Conhecer o impacto da construção clandestina no ordenamento do território; Relacionar o aparecimento de guetos com o ordenamento do território.

Partiu-se, então das seguintes hipóteses: H1: A desigualdade social influencia o ordenamento do território; H2: A construção clandestina contribui para o desordenamento do território e H3: As migrações internas têm um papel importante no ordenamento do território.

Conclui-se que a situação da desigualdade social em Cabo Verde tem sido alvo de atenção política, com a implementação de programas e projetos específicos. Todavia estes ainda que desenvolvidos em parceria com organizações da sociedade civil parecem desarticulados da questão de ordenamento de território. Talvez, por isso, em São Vicente prevaleça o surgimento de construções clandestinas nas zonas periféricas da cidade, habitadas essencialmente por pessoas com baixo rendimento, bem como apesar de os bairros de realojamento social tentarem cumprir o seu objetivo social, proporcionando outras condições de habitabilidade, não nos pareçam promover uma inclusão plena, pelas suas localizações e consequente estigmatização, agudizando, não raras vezes a desigualdade.

Ora, entre outras variáveis o estudo pode aferir a estreita influência da desigualdade social no ordenamento do território, evidenciando os principais fatores que condicionam a existência dos bairros clandestinos por ordem de prioridade: situação socioeconómica do país; altas taxas de desemprego, pobreza e exclusão social e assimetrias que geram fracas condições de empregabilidade e rendimento das famílias.

*Palavras-chave:* Desigualdades sociais, território, ordenamento.

**ABSTRACT:** This text, now presented results from a late work within the completion of the degree in sociology at the University of Mindelo, Cape Verde, the time limit from 2000 to 2010, about social inequality VS planning, and through which was intended to be able to find answers point to the causes of the problem of inequalities related to spatial planning in Vincent, based on the following question: to what extent social inequality influences the spatial planning?

The choice of this theme among other things happened because we wondered whether the current rapid growth of cities will not cause a certain disordering in peripheral spaces, resulting in consequential enhancers physical, operational and social problems of inequality, especially if corroborated Giddens (2004), when he says that social inequalities seem to translate as a set of «structured inequalities between different individuals», ie, these assumptions seems everything can power them, including not only the place where one lives, but also how to live in this location.

In the wake of Alcock (1997), is understood as social inequality, when a given society, some social groups are in situations more advantageous than others. Thus, inequality is a difference that individuals and social groups deem second value scales.

In this study we searched through the literature review in the first instance and the empirical work, by applying the questionnaire survey and the interviews, subsequently confirm or deny any connections between social inequality and ordering of territory.

Thus, it was defined as a general objective of understanding the influence of inequality in land, establishing specific objectives: Understand the relationship between economic power and uncontrolled growth of suburbs; Analyze the influence of the rural exodus in land; Knowing the impact of illegal construction in land development; Relate the emergence of ghettos with spatial planning.

Broke, then the following hypotheses: H1: Social inequality influences the spatial planning; H2: The illegal building contributes to the lack of territorial planning and H3: Internal migration has an important role in regional planning.

It is concluded that the situation of social inequality in Cape Verde has been the subject of political attention, with the implementation of specific programs and projects. However they even developed in partnership with civil society organizations seem disjointed question of land-use planning. Perhaps, therefore, in São Vicente prevail emergence of illegal buildings in the outlying areas of the city, inhabited mainly by low-income people, and although the neighborhoods of re trying to fulfill its social purpose, providing other conditions of habitability, not appear to us to promote full inclusion, their locations and the consequent stigmatization, sharpening, often unequal.

Now, among other variables the study can measure the close influence of inequality in land, highlighting the key factors that determine the existence of illegal districts in order of priority: socio-economic situation of the country; high rates of unemployment, poverty and social exclusion and inequalities that generate weak conditions of employment and household income.

*Keywords:* Inequalities, territory planning.

## INTRODUÇÃO

Este texto, que agora se apresenta, resulta de um trabalho final desenvolvido no âmbito da conclusão da licenciatura em sociologia, na Universidade do Mindelo, em Cabo Verde, no limite temporal de 2000 a 2010 sobre Desigualdade Social e Ordenamento Território.

As desigualdades sociais parecem traduzir-se como um conjunto de «desigualdades estruturadas entre diferentes indivíduos» (Giddens, 2004: 23), sendo estas desigualdades agudizadas ou minimizadas consoante o local onde se vive. Ora, a escolha deste estudo recaiu nesta temática porque, de uma maneira geral, quando se pensa em reordenamento associamos de imediato a crescimento, logo *a priori* não se pensa nas desigualdades que o ordenamento pode eventualmente traduzir. Todavia, numa reflexão mais profunda questionamo-nos se o atual crescimento acelerado das cidades não provocará um certo desordenamento nos espaços periféricos, traduzindo-se em consequentes problemas físicos, operacionais e sociais potenciadores de desigualdades. Neste estudo procurou-se, através da revisão da literatura, num primeiro momento e com o trabalho empírico, num segundo momento confirmar ou infirmar as eventuais conexões existentes entre desigualdade social e ordenamento de território.

Assim, o objeto de estudo centrou-se na problemática das desigualdades sociais em Cabo Verde, ilha de São Vicente, onde foram estudadas algumas zonas periféricas, por forma a compreendermos a influência da desigualdade social no ordenamento do território.

A metodologia adotada para tornar exequível esta investigação foi de cariz qualitativo e quantitativo, tendo como instrumentos de recolha de dados a entrevista semi-directiva, a análise documental e inquéritos por questionários, por forma a validarmos as hipóteses formuladas.

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

É do conhecimento comum que a sociedade sofreu rápidas transformações sobretudo a partir do séc. XVIII onde o capitalismo protagonizou estas modificações ajudado pelo processo de industrialização. Ora, as transformações económicas e sociais decorrentes de uma sociedade cada dia mais desenvolvida e centrada nas necessidades das pessoas provoca situações de vulnerabilidade, quando não é possível a sua plena satisfação gerando desigualdades sociais.

Na senda de Alcock (1997), entende-se como desigualdade social, quando numa determinada sociedade, alguns grupos sociais se encontram em situações mais vantajosas do que outros. Logo, a desigualdade é uma diferença que os indivíduos e grupos sociais julgam segundo escalas de valores. A desigualdade social resume-se, em muitos com pouco e poucos com muito, ela acontece quando a distribuição é feita de maneira inadequada, portanto, injusta, sendo que enquanto a maior parte do dinheiro fica com a minoria, a maioria sofre com a divisão salarial. Segundo, Anthony Giddens (2004) a desigualdade social é entendida como uma diferença socialmente regulada no acesso a recursos. Em algumas circunstâncias, pode entender-se a pobreza como um dos resultados da desigualdade social (Alcock, 1997).

O Relatório de Desenvolvimento Humano - Cabo Verde, 1997 enfatiza que os movimentos migratórios do campo para as cidades (e, em consequência, a urbanização) resultam no agravamento das condições de vida das populações, considerando que essas populações baseavam a decisão de deixar as suas terras em razão de ordem económica, acreditando que essa alternativa lhes permitiria melhorar as suas condições de vida, nomeadamente fugir à pobreza. Desta forma, parece que o ordenamento do território influencia as condições de vida das pessoas.

## 2. PROBLEMÁTICA

Este estudo pretendia encontrar algumas respostas capazes de apontar para as causas da problemática das desigualdades em S. Vicente relacionados com o ordenamento do território, partindo da seguinte questão: *Em que medida a desigualdade social influencia no ordenamento do território?* Assim, definiu-se como objetivo geral compreender a influência da desigualdade social no ordenamento do território, estabelecendo-se como objetivos específicos:

- ☞ Compreender a relação que existe entre o poder económico e crescimento desordenado de bairros periféricos;
- ☞ Analisar a influência do êxodo rural no ordenamento do território;
- ☞ Conhecer o impacto da construção clandestina no ordenamento do território;
- ☞ Relacionar o aparecimento de guetos com o ordenamento do território.

Partiu-se, então das seguintes hipóteses:

- H1: A desigualdade social influencia o ordenamento do território.
- H2: A construção clandestina contribui para o desordenamento do território.
- H3: As migrações internas têm um papel importante no ordenamento do território.

Para a construção do modelo de análise, partiu-se do conceito de desigualdade social vista sob três dimensões: *Dimensão social, Dimensão económica e Dimensão cultural*.

### 2.1. Metodologia

Como metodologia o estudo socorreu-se do método qualitativo com recurso a entrevistas semi-directivas e quantitativo com recurso a inquéritos por questionários. Recorreu-se ainda, à pesquisa ou análise documental que permitiu ter um conhecimento mais vasto sobre o tema de estudo e ter uma fundamentação teórica para o trabalho.

No que concerne a entrevista recorreu-se à utilização de um guião previamente elaborado. O inquérito por questionário visou a verificação das hipóteses teóricas construídas.

### 2.2. Caracterização da amostra

A amostra, abrangeu 150 pessoas de São Vicente, ou seja, este estudo recaiu sobre 150 das 46.747 pessoas recenseadas com idade superior a 18 anos e com residência efetiva em São Vicente, no ano de 2010.

No tratamento estatístico dos dados foi utilizado um *software* informático, o SPSS 17.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*). O estudo tem uma margem de erro de 8% para um intervalo de confiança de 95,5%.

## 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram definidos três elementos ou categorias fundamentais para a compreensão do fenómeno da desigualdade social e a sua influência no ordenamento do território na ilha de São Vicente. O primeiro é a caracterização social e económica do agregado familiar, o segundo é a origem e caracterização da habitação e o terceiro relaciona-se com o planeamento urbanístico. A sensibilidade e complexidade do tema levam a que os resultados sejam apresentados em termos quantitativos e qualitativos, por forma a responder à pergunta formulada no início da investigação, verificando se as informações recolhidas correspondem de facto às hipóteses formuladas anteriormente.

### 3.1. Caracterização do público-alvo

Num universo de 150 (cento e cinquenta) indivíduos inquiridos, 70 (setenta) são do sexo masculino, o que corresponde a 46,7% da amostra e 80 (oitenta) são do sexo feminino, o que corresponde a 53,3%.

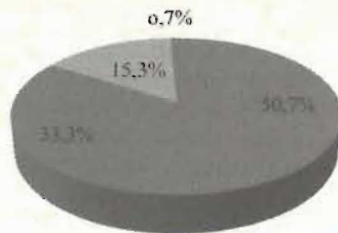
Dos 150 indivíduos inquiridos, 41 trabalham por conta própria (27,5%); 27 trabalham por conta de outrem (18%); 2 inquiridos são reformados (1,3%); 1 é militar (0,7%); 18 dos indivíduos são funcionários públicos correspondendo a 12%; 13 são estudantes o que corresponde 8,7%; 46 são domésticas (30,7%) e 2 são desempregados, correspondendo a 1,3% e totalizando os 100%. Constata-se, assim, que 68% dos inquiridos são remunerados e 32% não usufruem quaisquer rendimentos.

### 3.2. Caracterização social e económica do agregado familiar

A caracterização social e económica do agregado familiar é um indicador muito importante para medir as desigualdades existentes nas famílias. No estudo, verifica-se uma certa desigualdade social e económica nas famílias, principalmente nas que residem nas zonas periféricas da cidade do Mindelo.

Relativamente à composição do agregado familiar conseguiu-se saber que 54% dos agregados têm menos de 5 pessoas; 43,3% têm entre 5 a 10 e 2,7% têm mais de 10 indivíduos. Conclui-se que há uma boa percentagem de famílias numerosas já que quase metade dos agregados é superior a cinco (5) pessoas.

**Gráfico 1: Pessoas que trabalham no agregado familiar**



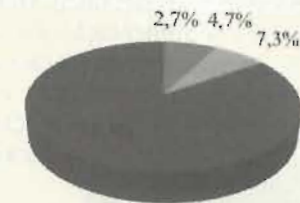
No que diz respeito ao número de pessoas ativas no momento do inquérito, obteve-se o seguinte resultado: 50,7% dos inquiridos responderam que apenas uma pessoa do agregado familiar está a trabalhar; 33,3% responderam que são duas ou mais a trabalhar; 15,3% responderam nenhuma e 0,7% não quiseram responder.

**Gráfico 2: Outras fontes de rendimento**



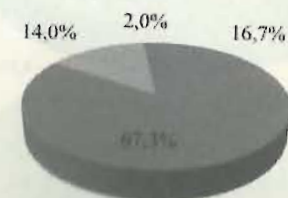
No que se refere a outras fontes de rendimento da família, 16,0% responderam que têm um rendimento extra e 84,0% responderam que não têm. Constata-se uma diferença acentuada entre os que têm outras fontes de rendimento e aqueles que não têm.

**Gráfico 3: Atividades para aumentar o rendimento da família**



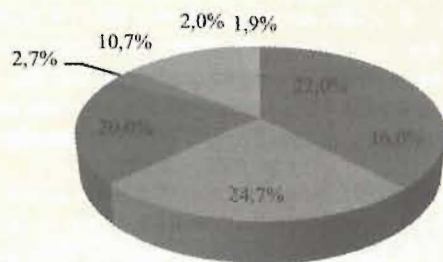
Uma outra variável trabalhada, referia-se aos tipos de atividades que utilizam para aumentar o rendimento familiar. Nesta situação 2,7% responderam ter um negócio qualquer; 4,7% responderam que têm um trabalho extra; 7,3% que têm outra atividade; e 85,3% não responderam.

**Gráfico 4: Satisfação do rendimento familiar**



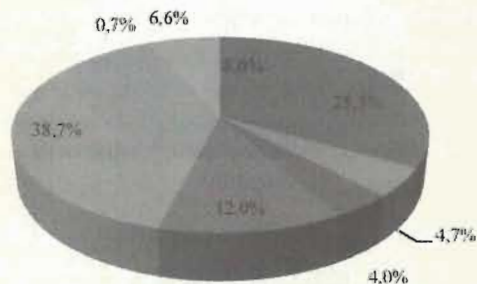
O gráfico 4 demonstra o grau de satisfação das necessidades das famílias relativamente ao seu rendimento familiar. Neste indicador cerca de 16,7% dos inquiridos responderam que satisfaz muito; 67,3% que satisfaz pouco; 14,0% que não satisfaz e 2,0% não responderam.

**Gráfico 5: Fatores de maior consumo familiar**



No que concerne aos fatores que mais debilitam o rendimento familiar (gráfico 5), cerca de 22,0% afirmaram que é a alimentação e a água; 16,0% apontam a alimentação e a educação; 24,7% referem a alimentação e a energia; 20,0% indicam a alimentação e a saúde; 2,7% enunciou a energia e a saúde; 10,7% indicaram a energia e a água, 2,0% citam a alimentação e a habitação e 1,9% não responderam. Nota-se que a alimentação, a água, a energia e a educação são os que mais consomem o rendimento familiar.

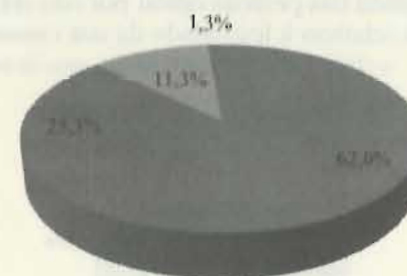
**Gráfico 6: Comodidades ambicionadas**



Quanto às comodidades (gráfico 6) que gostariam de ter em casa e não têm, 38,7% dos inquiridos responderam que gostariam de ter *internet*; 25,3% gostaria de ter água canalizada; 12,0% desejariam ter computador; 4,0% a televisão; 4,7% o telefone; 8,0% a eletricidade; 0,7% disse outro qualquer e 6,6% não respondeu. As comodidades mais ambicionadas são a água canalizada e o serviço de *Internet*.

### 3.3. Origem e características da habitação

**Gráfico 7: Casa onde mora**



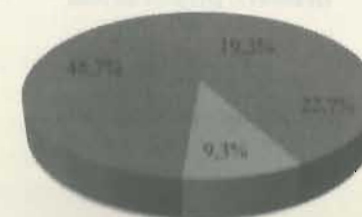
Atavés da informação do gráfico 7 percebe-se que do total de inquiridos, cerca de 62,7% têm casa própria; 26% vivem em casas arrendadas e cerca de 11,3% em casas cedidas como se pode perceber no gráfico. A categoria dos que têm casa própria prevalece sobre as demais.

**Gráfico 8: Construiu a própria casa**



Outro elemento considerado para a caracterização da habitação prende-se com a construção da sua própria casa. O gráfico 8 deixa claro que a maior percentagem, 59%, construiu, ao invés de 17,3% que não construiu e de 28,7% que não respondeu.

**Gráfico 9: Aquisição do terreno**



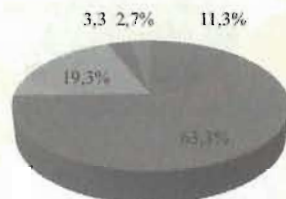
Relativamente ao modo de aquisição do terreno para a construção, faz-se a seguinte leitura do gráfico 9: cerca de 22,7% optaram por aforamento; 19,3% compraram o terreno; 9,3% responderam nenhuma das opções e 48,7% não responderam. Conclui-se que a maioria das pessoas optou por não responder, deixando-nos inferir eventuais questões relativas à legalidade da sua construção.

**Gráfico 10: Cuidado em manter distância das existentes**



No que diz respeito ao cuidado em manter uma distância conveniente das outras casas já existentes constata-se que a maioria 75% optou por não responder à pergunta, 6,0% respondeu sim e 19,3% não. Uma outra questão colocada pretendia saber se na altura da construção foram abordados pela câmara municipal e 24% responderam nunca; 0,7% uma vez; 1,3% várias vezes e 74% não respondeu, o que pode significar algo latente.

**Gráfico 11: Material da construção**



Quanto ao tipo de material utilizado na construção da casa, cerca de 19,3% responderam pedra; 11,3% chapa de tambor; 3,3% madeira; 63,3% cimento e 2,7% dos inquiridos não responderam (gráfico 11).

**Gráfico 12: Divisões da casa**



Em relação ao número de divisões da casa (gráfico 12) é de destacar que 11,3% têm uma divisão; 16% responderam que têm duas divisões; 14% referem ter três divisões; 14,7% quatro e 44% disseram ter mais de quatro.

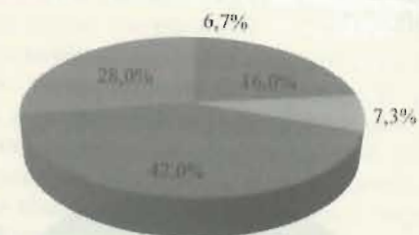
#### 3.4. Aspectos relacionados com planeamento urbanístico

**Gráfico 13: Opinião sobre a estruturação da zona**



No que se refere à estruturação da sua zona, a maioria dos inquiridos, 71,3% responderam que não está bem estruturada; 27,3% que está bem estruturada e 1,3% não respondeu, conforme se explicita no gráfico 13, acima exposto.

**Gráfico 14: Razões da não estruturação**



Interrogados sobre o porquê da não estruturação, 42,0% argumentaram que é por falta de pavimentação; 16,0% porque as casas estão desalinhadas; 7,3% porque há becos sem saída; 6,7% porque as ruas são estreitas; e 28,0% não responderam (gráfico 14).

**Gráfico 15: Avaliação espacial das ruas**



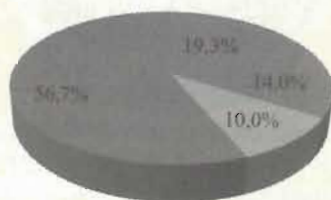
Questionados como consideram a situação das ruas das suas zonas, 9,3% responderam que são amplas; 31,3% consideraram razoável; 32,0% acham-nas estreitas e 27,3% não responderam. Pode-se concluir que a estruturação das ruas é um problema grave, pois as construções não deixam espaço para a circulação das pessoas e viaturas, podendo criar ambientes mal iluminados e propícios à acumulação de lixo e que apelam ao sentimento de insegurança (gráfico 15).

**Gráfico 16: Factores que contribuem para o mau ordenamento das ruas**



Quanto à questão sobre os fatores que contribuem para o mau ordenamento das ruas, 36,0% responderam que seria a pobreza; 30% responderam a falta de planificação da Câmara Municipal; 6,7% apontaram a construção clandestina e 27,3% não responderam (gráfico 16).

**Gráfico 17: Medidas para organização das ruas**



No que concerne às medidas que deveriam ser tomadas para melhor organização das ruas, 19,3% responderam a existência de um plano urbanístico; 14% a fiscalização rigorosa das obras de construção; 10% o derrube das construções clandestinas e 56,7% não quis responder à questão, conforme gráfico 17.

**Gráfico 18: Responsabilidade no ordenamento do território**



No que se refere à responsabilidade no ordenamento do território, 34,0% responderam que é da edilidade local; 10% da população; 24,7% apontaram o Governo Central e 31,3% não quis responder. Para os inquiridos a Câmara Municipal será a maior responsável na matéria, o que vai de encontro com outras informações apuradas, nomeadamente existir uma vez certa morosidade na cedência de lotes para as populações mais carenciadas (gráfico 18).

#### CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O estudo realizado permitiu validar as hipóteses formuladas e cumprir com os objetivos propostos, bem como correlacionar com outros dados produzidos em Cabo Verde por alguns investigadores e algumas instituições. A situação da desigualdade social em Cabo Verde tem sido alvo de atenção política, com a implementação de programas e projetos específicos. Parece que políticas e programas têm sido desenvolvidos em parceria com organizações da sociedade civil, todavia, não parece haver uma articulação profícua com a questão de ordenamento do território, embora se nos tivesse afigurado necessária e urgente. Com base nesta contextualização e na informação constante nos gráficos supra apresentados, conclui-se o seguinte:

- Em São Vicente prevalece o surgimento de construções clandestinas nas zonas periféricas da cidade habitadas, essencialmente, por pessoas com baixo rendimento;
- A maioria dos moradores dos bairros clandestinos de S. Vicente são originários das zonas rurais da cidade e/ou das ilhas vizinhas de Santo Antão e São Nicolau que procuram melhores condições de vida;
- O fenómeno de desordenamento territorial em Cabo Verde é sintomático da necessidade de se efetivar medidas articuladas com a realidade atual de florescimento de bairros desarticulados e pobres em infraestruturas;
- Os proprietários das casas acalentam a esperança de, com o passar dos anos, poderem legalizá-las, pois sabem que a sua demolição pode gerar um problema ainda maior para a edilidade local;

- Os bairros de realojamento social tentam cumprir o seu objetivo social, de proporcionar outras condições de habitabilidade, sem no entanto promoverem uma inclusão plena, pelas suas localizações e consequente estigmatização;
- A tendência é para o aumento dos bairros clandestinos, sendo notório como em tão pouco tempo se edificaram estas «pequenas cidades»;
- Os principais fatores que parecem condicionar a existência dos bairros clandestinos são por ordem de prioridade: situação socioeconómica do país, altas taxas de desemprego, pobreza e exclusão social e diversas assimetrias que geram fracas condições de empregabilidade e rendimento das famílias.

Estas conclusões traduzem-se nas seguintes recomendações:

- Melhoria da empregabilidade nas famílias para que possam ter rendimentos que permitam a satisfação das suas necessidades básicas aqui incluído o direito à habitação;
- Maior fiscalização, por parte da Câmara Municipal de S. Vicente, para atenuar o acelerado crescimento destes bairros;
- Estabelecimento de parcerias para o reforço das medidas e políticas de realojamento social das famílias moradoras nos bairros clandestinos;
- Criação de mais habitações sociais e infraestruturas, para as camadas mais baixas, potenciando a diminuição das construções clandestinas e o desordenamento territorial;
- Revisão dos preços da venda dos terrenos, tornando-os mais acessíveis às populações desfavorecidas;
- Diminuição da burocracia por parte da Câmara Municipal, facilitando e acelerando a resposta aos pedidos de terrenos, visto que a demora no despacho poderá dificultar os planos de quem faz os pedidos;
- Levantamento do número de casas clandestinas existentes na ilha para melhor adequação das políticas de realojamento social e de ordenamento do território;
- Melhor estruturação do modo como fazem a distribuição dos terrenos de forma a estimular a fixação na ilha e diminuindo assim as migrações internas.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALVES, R. (2007). *Políticas de Planeamento e Ordenamento do Território do Estado Português*. Tese de Mestrado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALCOCK, P. (1997). *Understanding Poverty*. Basingstoke: MacMillan Press.
- CAMPOS, L. M. (1994). *Desenvolvimento Local, Mercado de Trabalho e Reprodução Social o caso do concelho de Castelo Branco*. Tese de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

- FORTADO, E. A. (2008). *A expansão da cidade da Praia, na década de 1999-2002 Crescimento Espontâneo e Pobreza Urbana*. Monografia. Cidade da Praia: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.
- GILBERTO, A. (2004). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

#### DOCUMENTOS POLICÓPIADOS

- Plano de Desenvolvimento Urbano de São Vicente*. (1995) Direcção Geral do Ordenamento do Território e Câmara Municipal de São Vicente.
- Plano Director de São Vicente*. (1995). Direcção Geral do Ordenamento do Território e Câmara Municipal de São Vicente.